



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITARIO DO MARAJÓ - BREVES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**

MATEUS PINTO BALIEIRO

UMA ABORDAGEM SOBRE O ESPORTE: A história do esporte e sua função na escola como ferramenta de inclusão social.

**BREVES-PA
2020**

MATEUS PINTO BALIEIRO

UMA ABORDAGEM SOBRE O ESPORTE: A história do esporte e sua função na escola como ferramenta de inclusão social.

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, com requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Carlos Rodrigo Moraes de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B186a Balieiro, Mateus Pinto.
 Uma abordagem sobre o esporte : A história do esporte e sua
 função na escola como ferramenta de inclusão social / Mateus
 Pinto Balieiro. — 2020.
 46 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Esp. Carlos Rodrigo Moraes deSouza
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Breves, Faculdade de
Educação, Breves, 2020.

1. Esporte. 2. Inclusão Social. I. Título.

CDD 370

MATEUS PINTO BALIEIRO

UMA ABORDAGEM SOBRE O ESPORTE: A história do esporte e sua função na escola como ferramenta de inclusão social.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à faculdade de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, com requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Carlos Rodrigo Moraes de Souza

Aprovado em ____/____/____

Conceito: Excelente

Banca Examinadora:

Prof. Orientador Esp. Carlos Rodrigo Moraes de Souza
Especialista em AEE e Educação Especial Cândia Mendes

Prof.^a Renata Aparecida Farias Machado
Licenciatura Plena em Pedagogia Especialista em Gestão e Docência no ensino superior

Prof. Marcley Xavier de Melo
Licenciado em Serviço Social
Especialista em Enfrentamento à violência contra Criança e Adolescente.

Aos meus pais, Edivam Ferreira Balieiro
e Wilma deMoraes Pinto Balieiro;

Aos meus irmãos, Lucas Pinto Balieiro,
Ansila Deid Pinto Balieiro de Oliveira,
Cassio Pinto Balieiro;

Aos meus sobrinhos, Ana Sophia
Balieiro de Oliveira e Thiago Benjamim
Pinto Balieiro Brandão de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado a vida e a oportunidade de crescer em conhecimento e graça, que me trouxe entendimento, integridade e perseverança em todos os momentos dessa jornada.

A minha família, por sempre me apoiar em todos os momentos e terem depositado expectativas preciosas em mim.

Aos meus Pais, Edivam Balieiro e Wilma Balieiro, por todo o ensinamento e instrução que forjaram o meu caráter e minha identidade como pessoa, e por sempre me ensinarem que se vale a pena investir tempo na educação.

Aos meus irmãos, Lucas Balieiro, Deid Oliveira e Cassio Balieiro, por sempre estarem do meu lado me ensinando valores imprescindíveis de fraternidade, amor e bondade.

Aos meus colegas de turma, Alan Nunes, Ariel Barros, Darwing Peixoto e Bruno Garcia por todos os momentos compartilhados juntos, pela amizade, brincadeiras, e por tornar essa caminhada melhor de ser percorrida.

RESUMO

Este trabalho buscou compreender o esporte como um fator de integração e inclusão social. O esporte como fenômeno social e a esfera da atividade humana desempenham um papel crescente na vida da sociedade moderna. A crescente contribuição do esporte foi fundamental para o desenvolvimento e a paz por meio da tolerância e respeito, do empoderamento do indivíduo e da comunidade e da consecução dos objetivos do esporte são a inclusão social. O esporte para estudantes com deficiência intelectual é de natureza educacional e humanística e visa o desenvolvimento de forças, habilidades e habilidades espirituais que permitem ao atleta superar os obstáculos da vida; a formação de caráter e responsabilidade moral em situações de adaptação ao ambiente social; proporcionar oportunidades de crescimento pessoal e profissional, para a implementação da auto realização do atleta; criação de condições para o autodesenvolvimento da personalidade criativa do atleta e divulgação de seus potenciais criativos. Os resultados apresentados no artigo confirmam que a presença do esporte na escola, na educação física adaptativa, é educacional, socializadora e humanista por natureza e visa desenvolver forças, habilidades e habilidades espirituais que permitem que um atleta supere os obstáculos da vida.

Palavras-Chave: Esporte; Inclusão social.

ABSTRACT

This paper sought to understand sport as a factor of integration and social inclusion. Sport as a social phenomenon and the sphere of human activity play a growing role in the life of modern society. The growing contribution of sport has been instrumental in development and peace through tolerance and respect, the empowerment of the individual and the community, and the achievement of sport's goals of social inclusion. Sport for students with intellectual disabilities is educational and humanistic in nature and aims to develop the strengths, abilities and spiritual abilities that enable the athlete to overcome life's obstacles; the formation of character and moral responsibility in situations of adaptation to the social environment; provide opportunities for personal and professional growth for the implementation of athlete's self-fulfillment; creation of conditions for the self-development of the athlete's creative personality and dissemination of their creative potentials. The results presented in the article confirm that the presence of sport at school, in adaptive physical education, is educational, socializing and humanistic by nature and aims to develop strengths, abilities and spiritual skills that allow an athlete to overcome life's obstacles.

Keywords: Sport; Social inclusion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	METODOLOGIA	10
3	A HISTÓRIA DO ESPORTE	11
4	O ESPORTE NA ESCOLA COMO INCLUSÃO SOCIAL	20
5	ESPORTE, UMA FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL	24
6	O DESPORTO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	29
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	41
	ANEXOS	44

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o número de pessoas envolvidas em esportes aumentou. A visão saudável do esporte nas sociedades modernas construiu uma cultura de atividade física que motiva a população brasileira a participar cada vez mais de várias atividades físicas instigadas pelos diferentes meios de comunicação: caminhadas, corridas, escaladas, terapias de dança, entre outras. Algumas pessoas participam com o único objetivo de se recriar, enquanto outras o fazem para medir suas habilidades físicas com o desejo principal de superar a si mesmo e ao adversário, ou seja, participam para obter o triunfo em uma competição.

Na busca pela origem e compreensão do termo esporte, algumas definições feitas por vários autores serão mencionadas. Para começar, é necessário salientar que, ao contrário do que se acredita popularmente, essa palavra não vem da palavra inglesa "esporte", seu berço era a língua provençal e a partir dela passa para outras línguas românicas, como francês e espanhol. Em seu significado etimológico original, a palavra esporte significa alegria, diversão e recreação. Também é definido como recreação, hobby, prazer, diversão ou exercício físico, geralmente ao ar livre; atividade física, exercida como jogo ou competição, cuja prática envolve treinamento e cumprimento de normas.

Do mesmo modo, destaca-se como característica fundamental e constitutiva do esporte, o esforço do homem para alcançar resultados notáveis e se aperfeiçoar. Outro elemento substancial do esporte é a capacidade de competir, o homem como sujeito competidor e a necessidade de conquista, o que constantemente leva a novos objetivos. A capacidade utilitária do esporte de ensinar quem o pratica a superar obstáculos na vida, forjar seu caráter e fortalecer sua personalidade. A caracterização do esporte pelo desperdício espontâneo de forças, de esforço livre supérfluo, pelo prazer de sua própria realidade.

O esporte, embora nem sempre seja interpretado com o significado moderno do termo, sempre teve uma relevância considerável na vida dos homens, tanto como expressão do desempenho individual quanto como aspecto social e coletivo. A Constituição brasileira, como um conjunto de regras e princípios que regulam os direitos e deveres dos cidadãos, bem como os poderes e funções dos órgãos públicos, não inclui nenhum artigo específico sobre esportes ou esportes em geral.

A notável importância que o esporte ocupa na carta magna brasileira, pode ser vista, no entanto, a partir da interpretação de várias referências contidas em vários artigos da constituição. Desse ponto de vista, portanto, mesmo que indiretamente, o estado garante ao cidadão a iniciativa livre na prática esportiva sob o perfil educacional, lazer e desenvolvimento físico e, ao mesmo tempo, garante a proteção da saúde pública. O esporte por seu conteúdo social, educacional e de treinamento é um direito de todos os cidadãos e um interesse da comunidade à qual o Estado deve responder com competência e pontualidade. No presente trabalho, cumpre destacar no primeiro capítulo, as origens do esporte, bem como a sua contextualização, o capítulo posterior tratará do esporte na escola como ferramenta social. O terceiro capítulo destacará o esporte como ferramenta de inclusão social e por fim, a análise do esporte à luz da constituição brasileira.

2 METODOLOGIA

Quanto a pesquisa, fizemos uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois de acordo com Gerhardts & Silveira (2009, P.31) “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” Quanto ao caráter objetivo classificamos como descritiva e explicativa. Descritiva no sentido de que “exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). E explicativa no sentido de que este tipo de pesquisa se preocupa em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2007).

Quanto aos procedimentos da pesquisa, foi feita, pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica que

É feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

E pesquisa documental no sentido de que:

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Cabe destacar ainda que o roteiro deve ser construído sempre em observância àquilo que pedem os objetivos definidos para o estudo, o que requer do pesquisador muita clareza quanto a eles. Desse modo, segundo Salvador (1986), atentando para o procedimento metodológico escolhido, pode-se dividir o percurso da investigação em três grandes etapas, a saber: levantamento do material bibliográfico; levantamento das informações.

A Primeira etapa, é a do levantamento do material bibliográfico. Refere-se à classificação do material selecionado como fonte de pesquisa. Segunda etapa, indica o teste do instrumento para levantamento das informações. Selecionado o material bibliográfico e construído o instrumento para monitorar as leituras, essa etapa permite o levantamento das informações. Para validar o instrumento construído, é importante realizar um teste, com algumas das obras selecionadas, que possibilite avaliar a eficiência do roteiro de leituras de modo a ampliar seus campos de investigação, caso as questões não estejam suficientemente claras.

Terceira etapa o levantamento das informações. Essa etapa contempla, de acordo com a sequência proposta por Salvador (1986), 'segundo momento da investigação das soluções' e apresenta o percurso realizado para o levantamento das informações. Destaca-se que o material consultado nas pesquisas bibliográficas abrange todo o referencial já tornado público, em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros (BEUREN et al., 2013).

3 A HISTÓRIA DO ESPORTE

A história do esporte demonstra a evolução que essa atividade experimentou, que deixou de ser algo útil para a sobrevivência humana e passou a ser uma disciplina governada e controlada por várias organizações, como equipes e associações esportivas nacionais e mundiais.

O esporte é concebido como um conjunto de atividades físicas, bem como a melhoria da saúde e qualidade de vida, que nos ajuda a manter melhores condições física e mental. Além de promover o desenvolvimento progressivo da força muscular, velocidade, agilidade, concentração e competitividade, o esporte também tem sido considerado como uma forma de expressão cultural que está imersa na evolução da história das sociedades humanas (CALDEIRA, 2005). Diferentes autores conceberam o esporte de várias maneiras interessantes para abordar. Lyra Filho (1952) descreveu o exercício físico como uma atividade com um amplo senso espiritual, que ligava o homem à natureza e seus deuses. Por sua vez, propôs duas concepções do esporte. A primeira o caracterizou como uma atividade natural para o desenvolvimento humano, que busca o cultivo do corpo como uma necessidade biológica do lúdico através da competição.

A segunda concepção é cultural, definindo o esporte com base no efeito de consolidação e coesão social que ele gera, um fenômeno que mais tarde foi chamado de “cultura esportiva”. Atualmente, milhões de pessoas praticam uma gama variada de esportes, profissionalmente, para manter sua saúde ou simplesmente por hobby ou fanatismo em relação a alguma disciplina ou equipe (DUARTE, 2004). Conhecer a origem do esporte permite entender como essas primeiras práticas começaram nas relações sociais e no subsequente surgimento de civilizações. No meio do Paleolítico, cerca de 33.000 anos antes de Cristo, os combatentes foram organizados nas diferentes colônias e grupos sociais. As danças também eram conhecidas como rituais, cuja atividade física tinha expressão puramente espiritual e reconhecimento social. Em culturas como maias e persas, as práticas esportivas estavam ligadas aos deuses e às habilidades dos participantes. Por exemplo, a chamada bola maia foi um dos primeiros esportes, consistia em acertar uma bola com a cintura e tentar introduzi-la a vários metros de altura em uma espécie de aro de metal (REZENDE, 2007). Também houve luta, levantamento de peso, competições de natação, corrida, saltos longos e altos, escalada e lançamento de dardos. Como um fato curioso, pode-se notar que naqueles jogos em que várias equipes participaram, o capitão ou líder da equipe vencedora teve que dar sua vida para ser elevado aos deuses. Diferentes culturas e civilizações ao redor do mundo estavam criando e desenvolvendo as diferentes formas de atividade físicas atualmente conhecidas como esportes. Na China antiga existiam práticas de ginástica e era uma atividade muito popular. Dentro

dos monumentos e inscrições encontrados, havia instrumentos com características de uso esportivo, cuja origem remonta a mais de mil anos antes de Cristo (LYRA FILHO, 1952). O futebol conhecido hoje também tem um passado na China. Mais de 2300 anos atrás, era praticado em um espaço semelhante a uma quadra e consistia em passar a bola de uma pessoa para outra sem tocar o chão. O objetivo era introduzi-lo em um buraco. No Egito antigo, certas competições como pesca e natação eram regulamentadas. Além disso, naquela época, o salto em altura, o lançamento do dardo e a luta eram praticados. Nesta civilização, foram dados grandes passos em termos de desenvolvimento esportivo. Iniciou a profissionalização, dando lugar a regulamentações básicas em diversas atividades, como lutas de barcaças, corridas de cavalos, saltos acrobáticos e elevadores de sacos de areia, entre outras (MEIRIM, 2002)

A atividade física faz parte da vida da humanidade há muito tempo e de várias maneiras. Entre os antigos tinha papel diferente em cada cultura. Japoneses, Hindus e Chineses utilizavam-na com caráter higiênico e de cuidados com a saúde. Egípcios davam um caráter religioso e os Gregos o caráter educativo, embora em Esparta tivesse o papel de formar fisicamente seus guerreiros. Cada povo a sua maneira foi percebendo os benefícios da atividade física para o ser humano (DUARTE, 2004).

Foram justamente os Gregos os responsáveis pelo que podemos chamar de transformação do caráter dessa atividade em algo mais próximo do que conhecemos. Na Grécia antiga nasceram os primeiros jogos organizados da antiguidade e com eles a primeiras Regras/Leis de que temos notícia para esta prática, dando origem ao que hoje podemos chamar de Esporte. “Os Jogos Gregos são um marco da história esportiva, pois representam a concepção inicial de esporte (TUBINO, 2006, p. 14-15) ”Os Jogos tinham normas de participação, das modalidades e um quadro de pessoas responsáveis pela observação das mesmas”.

Existiam regras para participar dos jogos:

“Na Grécia antiga, as normas de um rudimentar direito desportivo eram submetidas à apreciação dos sábios e filósofos, sinalizando a importância pública e transcendência social que se lhes atribuía. (...), cabendo elencar-se as exigências normativas feitas, à época, para que os atletas pudessem participar dos jogos: a) Ser homem livre e de origem grega, b) Estar em posse dos seus direitos civis, c) Não ser culpado de irreverência religiosa d) Não responder por crime de morte e) Não ser reconhecido como insubmisso f) Não estar em mora com os cofres públicos” (MELO FILHO, 2005, p.87).

Regulamentar a participação, além de ser uma forma de garantir o controle de quem participava, também servia como uma forma de certificar a presença de classes mais favorecidas nos jogos.

E para regulamentar os jogos propriamente ditos:

Dez meses antes do início dos Jogos, todas as instâncias já estavam postas em função. Os magistrados mais importantes, os hellanódices, vestidos de púrpura, eram formados por “guardiões da lei” – nomophylakes -, funcionários encarregados de supervisionar as provas, antigos vencedores olímpicos, e se dividiam em três colégios (escalões): um encarregado das provas hípicas; outro das diferentes corridas a pé; o terceiro das demais provas. As decisões podiam ser contestadas diante do Senado Olímpico (olympiké boulé), constituído este por 50 membros. (DOS SANTOS, 2016)

Essa ênfase veio da organização social criada para melhorar o nível de espetáculo, dedicado aos faraós e sua família. No entanto, em outros níveis sociais, apenas as atividades recreativas das crianças ou as realizadas pelos escravos eram permitidas (MEIRIM, 2002).

A civilização grega foi caracterizada pelo cultivo da saúde física e moral. Nesse período e nesse local, o esporte tomou forma e se consolidou como disciplina. Na família, a educação física e intelectual era ministrada nos primeiros anos de vida, e quem desenvolvia uma ou mais atividades esportivas era considerado a melhor pessoa. Quanto mais triunfos uma pessoa obtinha, maior respeito social ganhava (DUARTE, 2004).

Foi na Grécia, especificamente em Olympia, onde os Jogos Olímpicos foram criados como um conjunto de competições esportivas com duração de seis dias e realizadas a cada quatro anos. As academias de treinamento estavam localizadas perto da polis, dentro dos santuários dos deuses, onde eram realizados jogos e rituais religiosos no momento do início das competições. Portanto, o nome de cada jogo correspondia ao deus a quem o culto foi prestado. Entre os jogos mais famosos, destacam-se os jogos de pite, os jogos Nemeos, os Jogos Olímpicos e os jogos ístmicos (MEIRIM, 2002).

Esses jogos, realizados em homenagem ao deus Apolo no santuário localizado em Delphi, tiveram como principal competição o hipismo. Os vencedores dos testes foram premiados como prêmio especial pela coroa de louros. Eles foram realizados no Vale Flin em homenagem a Heracles. Como os Píticos e os Olímpicos, eles eram realizados a cada quatro anos e tinham categorias variadas: crianças, jovens e adultos. O prêmio do vencedor foi uma coroa de aipo macio (MEIRIM, 2002).

Esses jogos eram realizados a cada dois anos no samemo de Corinto e os vencedores eram premiados como uma guirlanda de pinheiros. Olympia foi a sede desses jogos e ofereceu uma variedade de competições, como pentatlo, corridas de cavalos, testes de salto, luta e lançamento de dardo e disco. Durante a celebração do dia do esporte, foi feito um pacto de paz entre as cidades vizinhas, para que nada impedisse seu desenvolvimento. Uma coroa de azeitona foi entregue como um símbolo da vitória. Só podiam participar dos Jogos Olímpicos os cidadãos gregos livres; bárbaros e escravos são excluídos. Também eram excluídos os condenados pela Justiça, os sacrílegos e todos os que se recusam a pagar as multas infligidas pelos helenos. Todos retardatários eram excluídos; as más razões desses atrasos eram estigmatizadas (MEIRIM,2002,).

Os concorrentes se inscreviam em tempo hábil previsto e passar no exame preparatório. Durante os Jogos, era proibido matar seu adversário, voluntariamente ou involuntariamente, sob pena de perder o prêmio ou o pagamento de uma multa. Era proibido usar de recurso de corrupção. Se alguém tentar corromper os juízes, será passível de chicotadas. É proibido protestar contra a decisão dos juízes, em público, mas se pode fazer apelo diante do Senado Olímpico. Para fazer respeitar esse código, os helladóides eram assistidos por funcionários da polícia, os rhabdoûkhai, os portadores de varas, que açoitavam os autores de infração, juntamente com os vigilantes de polícia (SANTOS 2016).

Na idade média conviveram dois momentos, primeiro com predominância da Igreja Católica mudaram os valores, estes eventos tomaram um caráter ético, menos agonísticos, com o advento do Renascimento as disputas de cavaleiros mantêm o caráter de ética e honra e retomam a característica agonística, “Da leitura do XIII Piilum certamem emergem subsídios próprios de uma legislação desportiva, onde se destacam normas de caráter geral incidentes sobre o “combatismo sportivo”.

Neste processo evolutivo as primeiras regras esportivas propriamente ditas datam do século XVIII, quando estudantes universitários Ingleses estabeleceram regras unitárias para a prática de vários esportes, como salto com vara, salto em distância, corridas e outros, criando assim o que seriam adiante as regras que possibilitariam as disputas de maneira uniforme.

A partir daí o esporte tornou-se um fenômeno que arrebatou a sociedade moderna, num primeiro momento tornou-se o ideário um ícone para representar as nações, neste sentido passou a fazer parte de sua filosofia de nação, por exemplo nos

países socialistas tornou-se um item da formação integral do cidadão e na sociedade moderna tornou-se um modo de vida e mais ainda um grande negócio.

No desenvolver da história, outros povos deram importância ao esporte. Entre os Romanos, por exemplo, o esporte tinha uma conotação social, política e religiosa, através da política de pão e circo o estado exercia o controle sobre os cidadãos pobres distribuindo pães nas arenas onde aconteciam os espetáculos esportivos das lutas de gladiadores, ao mesmo tempo em que combatia o cristianismo expondo seus seguidores a estes espetáculos. Esta conotação não fazia do esporte algo menos nobre, os “esportistas” tinha direitos e privilégios como relatados na Constituição de Adriano:

a) isenção do Serviço Militar; b) a isenção de todas as liturgias, isto é, o pagamento de serviços ao estado; c) dispensa da obrigação de dar hospitalidade; d) descanso ao longo da realização dos jogos Imunidade de execução patrimonial; e) autorização par uso de vestuário púrpuro (privativo da dignidade de Cônsul); f) imunidade de Prisão (GIUFFRÈ, 1965, Apud MELO FILHO,1995,p.20).

Os jogos olímpicos foram realizados até 394 depois de Cristo, quando foram suspensos pelo imperador romano da época. Os romanos promoveram competições esportivas como um espetáculo maciço que procurava entreter os plebeus e as classes sociais altas das diferentes épocas do Império. Grandes anfiteatros e circos com capacidade para até 500.000 pessoas foram construídos durante este período do Império Romano. Destacaram-se as lutas de gladiadores, que lutavam pela liberdade: se vencessem, eram livres, se eles perdessem, eram mortos.

Após a queda do Império Romano, a atividade esportiva declinou acentuadamente. Foi desenvolvido apenas pela nobreza e os esportes mais praticados foram a alma, o jogo de palma, a feira e os torneios. La Soule Consistia em levar a bola com os pés ou com uma bengala de um lado para o outro em campo aberto e introduzi-la no tiro com arco rival. É o que mais tarde foi conhecido como futebol e hóquei, e era muito popular na França e na Inglaterra. O jogo da Palma foi jogado apenas pelos nobres e pelo clero. Era a prática inicial do que hoje é conhecido como tênis, embora na época fosse jogado com as mãos e com uma corda para definir um lado do outro (MESTRE,2008).

Posteriormente, incorporou o uso de luvas e raquetes, bem como a colocação de uma rede em um espaço mais limitado entre um lado e outro. As fair foram lutas armadas em cavalos, cujo objetivo era tirar o oponente da corrida. Eles podem ser individuais ou em grupo e com vários tipos de armas; A lança foi predominante. Os

torneios eram representações bélicas nas quais eram recriadas batalhas que buscavam exaltar a força de cavaleiros e rituais. Havia dois tipos de torneios. O primeiro foi chamado de "corpo a corpo", não havia regras e pessoas comuns, nobres e cavaleiros podiam participar durante um dia inteiro de batalha. O outro chamado "cortes" tinha regras definidas por desafios individuais; a preparação preliminar pode levar até um ano para os oponentes (MESTRE, 2008).

No período do renascimento, vários eventos importantes no ressurgimento do esporte têm preponderância como atividade de conexão entre a alma e o corpo, enquadrada no culto à saúde e à educação física. Na Itália, os jogos ainda tinham um caráter lúdico e divertido, mas as normas começaram a ser estabelecidas nas práticas esportivas. Equitação, natação, atletismo e dança foram os mais populares e deixaram de ter o caráter agressivo e de confronto que tinham antes (LYRA FILHO, 1952)

Outro evento importante foi o surgimento da medicina esportiva, graças ao desenvolvimento investigativo do corpo humano, que respondeu a como antecipar doenças e enfermidades e destacou a importância da medicina aplicada à atividade física competitiva. O crescimento das cidades e a evolução das relações sociais e do comércio produziram um aumento no interesse pelo esporte na Europa. Novas práticas esportivas começaram em todas as classes sociais e a estética se tornou mais importante que a grosseria (MESTRE, 2008).

Após o Renascimento, veio a Revolução Industrial, e com ela o desenvolvimento científico e técnico aplicado ao esporte. Foi uma evolução que levou à criação de sistemas de treinamento mais estruturados e equipamentos específicos para alcançar a perfeição em cada disciplina. Durante o século XIX, o esporte foi estendido ao público em geral, independentemente da classe social, e as organizações que criaram regras e padrões de competição começaram a nascer. Assim nasceram as ligas sistematizadas e novas disciplinas como ciclismo, esgrima, tiro e levantamento de peso, entre outras.

A influência e a hierarquia social ocorreram em todo o mundo, expandindo o esporte como uma atividade que criou uma nova indústria comercial. As classes sociais altas continuaram a praticar esportes sofisticados, como críquete, golfe e hipismo, em seus diferentes estilos.

Novas disciplinas esportivas, como handebol, basquete e vôlei, surgiram. O recorde esportivo também surgiu como um novo conceito de medida para classificar os atletas de acordo com seu desempenho e estabelecer marcas em níveis

competitivos. Na contemporaneidade a tendência que prevalece atualmente. Com a chegada dos meios de comunicação de massa, o esporte foi considerado em uma dimensão incomparável. Essa atividade se tornou um negócio. Empresas voltadas para atletas de cada disciplina emergiram, são desenvolvidas marcas de roupas, calçados, equipamentos e instrumentos tecnológicos para medição e proteção, além de alimentos e hidratação especial (MESTRE,2008).

O momento do salto está no final do século XVIII e início do século XIX. Em primeiro lugar o esporte tornou-se parte da formação militar. Em vários países como na Prússia e Dinamarca era visto como elemento da formação do “homem forte” capaz de resistir aos invasores. É neste contexto que começam a definir padrões e regras para esta atividade física. Na Suécia passa a fazer parte da educação regular, ainda como elemento de formação física complementar à formação do homem.

É na Inglaterra onde surge o que podemos chamar hoje de Esporte no mundo moderno, com ele as primeiras regras para organização desta prática.

“No decurso do século XIX e, em alguns casos mais cedo, na segunda metade do século XVIII, com a Inglaterra considerada como modelo, algumas atividades de lazer exigindo esforços físicos assumiram também em outros países as características estruturais de “desportos”. O quadro de regras, incluindo aquelas que eram orientadas pelas ideias de justiça, de igualdade de oportunidade, de êxito para todos os participantes tornou-se mais rígidos. A “desportivização” em resumo, possui o caráter de um impulso civilizador comparável, na sua orientação global, à “curialização” dos guerreiros, onde as minuciosas regras de etiqueta representam um papel significativo. (DUNNING apud RUBIOS, 2002, p. 135-136).

A prática esportiva e suas regras nasciam junto com ascensão da burguesia e sua concepção igualitarista que proporcionava no primeiro momento a participação desta classe e depois a proliferação da prática por outras camadas sociais.

Por volta do século XIX, O principal modelo esportivo era o da classe média, que possibilitou a descoberta no estágio inicial de organização, regras, técnicas e até padrões de condutas que prevalecem ainda hoje (RUBIO, 2002).

O surgimento do associacionismo foi um importante elemento para dar forma a estrutura que conhecemos hoje, através da criação dos clubes como espaços de prática esportiva. Estes espaços voltados para as elites, desvinculava o esporte de qualquer benefício pessoal, concepção primeira de amadorismo. O mais importante, no surgimento dos Clubes, no entanto, foi a criação arcabouço legal que permitisse que prática esportiva pudesse ser desenvolvida em todos os lugares, sob as mesmas regras e que pudesse haver intercâmbio e competições entre localidades e países

diferentes. Assim nascem as federações, confederações e finalmente o Comitê Olímpico Internacional.

A nova influência que a corrente esportiva implicaria, em princípio, não encontraria um ambiente propício à sua pronta recepção e enraizamento. Especialmente se levarmos em conta, não apenas a incompreensão das autoridades públicas em relação ao esporte, mas também o fato de que a fraqueza endêmica do associacionismo no quadro da sociedade civil espanhola também teria sua fiel reflexão na estrutura associativa do esporte, notavelmente inferior às estruturas esportivas dos países de nossa órbita sociocultural. Apesar disso, deve-se afirmar que o canal associativo privado seria crucial no desenvolvimento e expansão do esporte. Embora não seja menos verdade que, quando ocorre sua eclosão social, uma intervenção pública ativa seria verificada através do estabelecimento de um conjunto normativo que regulasse profundamente a organização do campo esportivo, determinando ao mesmo tempo em que sua promoção e desenvolvimento constituam, essencialmente, responsabilidade do Estado. Isso terá um impacto profundo nas estruturas associativas mais representativas do esporte, pois estarão sujeitos a instrumentalização, se não apropriação, pelo poder público (REZENDE,2007).

O Comitê Olímpico Internacional (COI) foi o último passo rumo à universalização das regras do esporte e o primeiro passo para o surgimento das legislações esportivas nos países. Tendo como idealizador, principal organizador e primeiro presidente, o francês Pierre de Freddy, conhecido pelo título nobiliárquico de Barão de Coubertin, fundado em 1894 em Paris com a participação de 12 países nasceu com a ideia de refundação dos Jogos Olímpicos da Grécia Antiga.

A participação das delegações por representações nacionais nos jogos, exigia uma instituição capaz de estabelecer uma normatização e fiscalização das regras das modalidades em caráter internacional, esta instituição era o Comitê Olímpico Internacional, uma organização a serviço do desenvolvimento do esporte em cada país, com seus objetivos próprios e, ao mesmo tempo, sua relação com o sistema esportivo mundial que tem suas regras próprias, seus tribunais e não está submetido a nenhuma legislação local ou nenhuma nação. “Sem essa legislação desportiva o desporto na era moderna não se teria convertido em um fenômeno mundial” (MELO FILHO,1995, p.24). Daí para a criação das legislações nacionais do esporte foi um pequeno salto.

O esporte, a partir da recriação dos Jogos Olímpicos, passou a influenciar na vida social, cultural, política e econômica dos países. Passou a ser um instrumento de promoção da educação, da saúde, do lazer sem falar na dimensão competitiva. Sua dimensão constitucional reflete o caráter de cada estado. Em alguns países, notadamente Socialistas, é instrumento de políticas de estado, elemento da formação integral dos cidadãos, o estado é o principal promotor em todas as suas dimensões e isto reflete no seu arcabouço constitucional. Em outros, os capitalistas, é mosaico, faz parte da formação educacional, do lazer, mas também é espetáculo, consumo, comércio e a legislação reflete este pensamento.

4 O ESPORTE NA ESCOLA COMO INCLUSÃO SOCIAL

A realização da atividade física ao longo da vida é essencial para ser saudável, pois causa melhorias na saúde e contribui para o bem-estar psicológico em geral. Quando crianças e jovens têm deficiência motora, sua capacidade de se mover fica comprometida, originando dificuldades em se mover de maneira eficiente e eficaz, mas isso não significa que eles devam se abster de atividades físicas ou esportes. A ausência de atividades direcionadas a esse grupo de pessoas pode ter efeitos negativos no nível cognitivo e no seu desenvolvimento social. Quando crianças passam a ter mais oportunidades de mobilidade, tendem a ser menos propensas a desenvolver uma personalidade passiva ou a ter uma atitude de negativa, junto ao pensamento de incapacidade (TUBINO,2001).

A participação dos alunos em jogos e esportes favorece e cria um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades motoras, perceptivas, lógico-motoras, condicionais, coordenativas e expressivas durante a prática. O Aprender atividades recreativas e esportivas requer compreensão da lógica interna, a elaboração de esquemas táticos, a seleção estratégica de esquemas e habilidades e resolução de problemas motores através da execução de habilidades direcionadores básicos e específicos.

Nessa perspectiva, o ensino de jogos e esportes ajuda a desenvolver nas crianças, adolescentes e jovens, o pensamento tático, e isso se torna um aliado para tomada de decisão escolar e diária, diz Vaz (2009) também contribui para a construção da imagem corporal dos alunos através da aceitação, auto avaliação e liberdade de expressão.

A inclusão deve ser para todos os alunos, sem exceção. É por isso que as práticas e esportes recreativos e escolares devem fazer ajustes curriculares ou de contexto necessários para garantir a participação de alunos com deficiência. Aqueles que estão dispostos a praticar esportes compartilham uma área, os elementos de jogo, regras, formação de equipes. Ou seja, jogos e esportes são um meio importante de socialização. Através de seu ensino, o desenvolvimento de capacidades sociais e relacionais, que permitem aos estudantes incorporação e construção de normas e regulamentos, o exercício da solidariedade, a cooperação, respeito pelo outro, responsabilidade e vínculos com os outros (TUBINO, 2006).

No entendimento de Stigger e Lovisolo (2009), em relação à socialização, jogos e esportes oferecem oportunidades imbatíveis para a assunção de papéis e o desempenho de diferentes funções em um grupo, juntamente com situações que destacam a necessidade de construção, aceitação e respeito pelas regras, favorecendo a passagem progressiva para um jogo de cooperação genuína. Os alunos devem atingir um nível de habilidades motoras lúdicas que lhes permitam praticar jogos e esportes autonomamente, em situações informais, típicas da vida. Jogos e esportes não são bons ou ruins em si mesmos. O que destaca seu potencial educacional são as condições de prática através das quais eles são ensinados a aprender.

Em várias cidades europeias, surgiram entidades dedicadas a atividades esportivas para pessoas com incapacidade, essas instituições tiveram a firme ideia de adaptar o esporte àqueles que viviam com deficiência; isto é, eles queriam sair para praticar esportes simples, sem competição, e que servia para se relacionar com os outros. Em 1944, o Dr. Guttman cria o primeiro centro do mundo em Stoke Mandeville, Inglaterra, para a reabilitação de pessoas com deficiência motora, incorporando plenamente a atividade esportiva ao tratamento e busca por uma melhor qualidade de vida (VAZ, 2009).

O profissional teve a ideia de iniciar alguns jogos esportivos em seu hospital, em coincidência com a inauguração das Olimpíadas de Londres em 1948. O evento teve tanto impacto que começaram a ser realizados jogos esportivos anualmente e cresceu a ponto de se organizar internacionalmente em 1952. Seu lema, que ainda hoje é válido, era: "O objetivo dos Jogos Stoke Mandeville é unir homens e mulheres com deficiências físicas do mundo em um movimento esportes internacionais, nos quais seu espírito esportivo sincero dará esperança e entusiasmo a milhares de

pessoas com deficiência. (REZENDE,2007).

O aluno com deficiência também é influenciado por vários fatores ambientais, familiares e pessoais que o fazem ter uma atitude positiva de participação nas atividades propostas, por isso é necessário saber que cada aluno é diferente e que o corpo docente deve ser capaz de saber como está cada um deles. Existem barreiras à participação e aprendizagem nas aulas de educação física para alunos com deficiência, como infraestrutura inadequada, falta de conhecimento do tipo de deficiência, problemas de auto-marginalização, dificuldade nas relações sociais e baixo nível de auto-aceitação. Para alcançar uma educação inclusiva, as escolas e os sistemas educacionais devem se esforçar para garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais e que os mais vulneráveis também tenham melhores condições de aprendizado e que todos tenham uma educação de qualidade integral (MORAES,2003).

Embora as pessoas com deficiência tenham feito um progresso significativo nos últimos anos, ainda enfrentam grandes desigualdades nas oportunidades de atividade física. Isso pode ser devido a vários motivos, como o fato de que elas requerem programas e serviços públicos ou financiados pelo governo para ter um ambiente acessível e igualmente disponível para pessoas com deficiência. É necessário eliminar barreiras arquitetônicas que possam limitar sua inclusão em atividades físicas, fitness, esportes, recreação e educação física. Por exemplo, muitas instalações esportivas e recreativas, espaços ao ar livre e alguns tipos de equipamentos de ginástica não são acessíveis a pessoas com deficiência que se esforçam para participar de atividades físicas. Esses espaços devem incluir atividades inclusivas, ou seja, onde crianças possam participar, de maneira a garantir sua participação, não somente em situações específicas, mas em todas as situações da vida cotidiana: escola, lazer etc. (LYRA FILHO,1952).

Deve-se ter em mente que o tipo de atividade física ou esporte deve ser escolhido pelas pessoas com base em seus interesses e preferências, ao ar livre e / ou em ambientes naturais, que favoreçam a participação quando realizados em grupos e sejam divertidos, tudo isso também com o objetivo de retardar a deterioração da estrutura corporal, promover uma vida saudável, melhorar sua qualidade de vida e inclusão social (GARDINER,2006).

A atividade física em crianças e jovens com deficiências (paralisia cerebral, síndromas neurológicos, doenças raras, lesão da medula espinal, como um

intelectual, como um combinado tanto com deficiências físicas) deve ser promovida cedo e, muitas vezes, enquanto o sistema nervoso e o sistema muscular ainda estão em desenvolvimento. Os músculos das crianças com deficiência devem manter a flexibilidade e a força; os ossos precisam de carga de compressão da maneira mais semelhante possível em crianças com desenvolvimento típico. O coração e os pulmões precisam ser exercitados moderadamente para manter a resistência e a função ideal. Em algumas patologias, os músculos e os ossos não se desenvolvem completamente e o processo de envelhecimento para todos os indivíduos implica uma diminuição gradual da força muscular, elasticidade e densidade óssea, sendo particularmente devastador em pessoas com deficiências motoras, pois outras podem estar comprometidas (RUBIO,2002).

Foi demonstrado que a atividade física alivia a dor, evita o aparecimento e a progressão de comprometimento e limitação funcional; restaura, mantém e promove a aptidão geral. A chave para esses benefícios está na atividade física prolongada, que pode ser realizada com programas de terapia focados na formulação de recomendações que promovam um estilo de vida mais ativo, fora do nível clínico e ajustando-se a necessidades específicas. Jovens com deficiência física que tiveram a oportunidade de realizar exercícios físicos constantes ou um esporte específico expressam que, graças a essas atividades, se sentem totalmente incluídos e valorizados. Como em qualquer esporte coletivo, a comunhão é muito incentivada, eles aprendem a gerenciar suas emoções na competição e a capacidade de superar, etc. (TUBINO,2006).

Além disso, existem benefícios familiares, uma vez que eles têm a possibilidade de trocar informações entre os pais que iniciam nesta nova etapa de inserção do filho no esporte, com aqueles que têm mais experiência. Isso implica apoio emocional entre os membros da família e contribui para a normalização da incapacidade. A inclusão de alunos com corpos e movimentos diversos na mesma prática corporal. A escola para a diversidade não nasceu no momento em que os alunos com deficiência foram incluídos, mas estes, através de sua integração, tornaram-se parte da diversidade que já existia na escola e para a qual o professor deve estar preparado. Existem dois locais onde ocorre essa integração: nas Escolas Especiais e nas Escolas Comuns. Nos últimos, os alunos portadores de deficiência são integrados aos colegas de classe convencionais. O esporte adaptado pode ser realizado de diferentes maneiras: escola adaptada, esporte recreativo, terapêutico e competitivo (MESTRE,2008).

5 ESPORTE, UMA FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL

A importância social do esporte está aumentando e é necessário realizar uma pesquisa abrangente, histórica, filosófica, sociocultural e relevante, a fim de usar com mais eficácia o "componente esportivo" no desenvolvimento do homem moderno. O estado e o grau de desenvolvimento do problema. O estudo do esporte, como um fenômeno sociocultural, tem uma tradição histórica, cujo início foi estabelecido na cultura antiga, na filosofia grega e romana antiga.

Em primeiro lugar, a inclusão pode ser definida como a flexibilidade dos diferentes parâmetros educacionais que nos permitem entender a diversidade que existe na sala de aula. O termo inclusão está intimamente relacionado ao conceito de heterogeneidade. Isso deve ser entendido como uma oportunidade de enriquecer a nós mesmos, crescer e aprender um com o outro, em vez de perceber a diversidade como uma dificuldade ou um problema (VAZ, 2009).

Se pretende educar de maneira inclusiva, é de vital importância que seja feito um diagnóstico completo dos fatores que condicionarão a tarefa de ensino. Ou seja, o contexto social, econômico e cultural das crianças; bem como idade, número, características individuais, necessidades educacionais especiais e seus interesses e motivações. Assim, na hora de realizar a programação didática, é possível partir das necessidades do grupo para incentivá-lo a ser totalmente contextualizado. Mesmo assim, metodologias pedagógicas baseadas na cooperação podem ser utilizadas, propondo atividades nas quais os alunos devem trocar opiniões, interagir entre si, gerar conhecimento juntos; fatores que irão gerar aprendizado significativo (TUBINO, 2001).

Por outro lado, a prática e a aprendizagem, do esporte tornam-se uma ferramenta educacional verdadeiramente inclusiva, pois as crianças capturam as informações enviadas pelo professor através de três tipologias de canais diferentes: a visual, a auditiva e a cenestésica.; embora eles sempre tenham mais facilidade de retenção através de um desses. Se pararmos para pensar por um momento, o esporte integra esses três canais de retenção de informações e, assim, permite a adaptação às capacidades individuais de cada uma das crianças presentes na sala de aula (TUBINO, 2006).

Desta forma concluímos que quando você começa a educar, englobando a diversidade que existe na sala de aula, é quando o conceito de esporte surge

fortemente. O esporte pode se tornar uma ferramenta realmente útil para promover a inclusão de pessoas com diversidade funcional e grupos em risco de exclusão social em um determinado ambiente. Por meio do esporte, abre-se uma ampla gama de possibilidades e recursos para trabalhar com pessoas com diversidade funcional, adaptando materiais, oferecendo espaços multissensoriais, além de potencializar os pontos fortes dessas pessoas, favorecendo sua autonomia. Em relação aos grupos em risco de exclusão social, por meio do esporte, um importante intercâmbio cultural pode ser oferecido, a melhoria da dimensão social-comunitária e emocional- emocional, bem como a aquisição de rotinas e hábitos de higiene, entre outros (TUBINO,2006).

O esporte como uma atividade que reproduz certos mecanismos básicos de formação da personalidade, inclui o indivíduo em comunidades sociais e organizações públicas como um membro pleno da sociedade e forma certas relações sociais. A natureza do esporte muda drasticamente o significado sociocultural da formação da personalidade, dependendo do "modelo de comportamento" de uma pessoa para o "significado do sucesso", que ele escolhe em várias relações sociais e situações de jogo, próximo a imagens comportamentais reais. O esporte como fator social, por assim dizer, reproduz uma alternativa à cultura moderna, preserva e fortalece os mecanismos essenciais da vida sociocultural de uma pessoa e, passando para a subcultura de um indivíduo, a forma como uma pessoa socialmente competente. Além disso, o esporte é uma atividade, no processo em que a questão da escala externa de autodeterminação e autoafirmação da personalidade também é resolvida (VAZ,2009). E, com base nisso, o esporte penetra profundamente na subcultura como instituição social, determinando a formação pessoal do indivíduo e moldando os estilos de vida. A autoafirmação humana na sociedade, por meio da atividade motora ativa, possui não apenas uma dimensão externa, mas também uma dimensão interna, e pode ser considerada não apenas em um contexto espacial, mas também em um contexto semântico. Atualmente, amplos horizontes estão se abrindo para a autoafirmação prática de uma pessoa, atualizando a ideia de sua socialização global. O modelo moderno de esportes dá a uma pessoa a oportunidade de avaliar sua atitude em relação ao meio ambiente e, por meio dessas relações, avaliar seu lugar na sociedade. O esporte como uma espécie de ambiente social reproduz certos mecanismos básicos de autoconsciência e autodeterminação humana, tendo

oportunidades educacionais específicas. Assim, o esporte é um fator que contribui para o desenvolvimento de uma personalidade socialmente saudável (VIANNA et al.2009).

O esporte em todos os seus níveis é um mecanismo universal para curar pessoas, uma maneira de auto realização de uma pessoa, sua auto expressão e desenvolvimento, bem como um meio de combater fenômenos antissociais. É por isso que nos últimos anos o lugar do esporte no sistema de valores da cultura moderna aumentou dramaticamente. A atividade físico-esportiva, a inserção social e as populações socialmente desfavorecidas são um campo novo para as ciências do esporte, pois como meio de inclusão social, além de servir de espetáculo por diversão, significa obter de realizações altas ou como prática de tempo livre em crianças, jovens e adultos é um cenário que envolve direta ou indiretamente um grande número de pessoas muito diversas, independentemente da idade, gostos, etnias, crenças religiosas ou até o estrato sociocultural. É demonstrado em seus mais de dois séculos de emergência que o esporte é um fenômeno de máxima relevância na vida das pessoas que compõem as sociedades de hoje. As atividades de cultura, tradição, jogos, educação e esportes têm conotações que unem grupos e sociedades ao longo dos tempos, o que influencia o estilo de vida, as relações interpessoais, os valores e a distribuição do tempo. O esporte é em si um dos meios mais importantes de uso, aquisição e transmissão de valores, conhecimentos, atividades, comportamentos sociais, símbolos e outras ações humanas, entre as quais se podem mencionar recreação, lazer e saúde, meios de integração. (TUBINO, 2001).

O esporte como um meio de inclusão social é um elemento pouco explorado ou explorado com base no não reconhecimento; apenas entidades internacionais como as Nações Unidas e a Carta Europeia do Esporte consideraram o esporte como um fórum de aprendizado de qualidades como disciplina, confiança e liderança ou o esporte como qualquer forma de atividade física que, por meio de participação organizada ou não organizada, tenha como objetivo a expressão ou melhoria da condição física e psíquica, o desenvolvimento de relações sociais ou a obtenção de resultados em concorrência em todos os níveis(STIGGER;LOVISOLO,2009).

A partir da prática esportiva, busca-se o reconhecimento, como fenômeno, estrutura, fator e até instituição social, ao mesmo tempo, se aceita que seu impacto além de estar no nível individual, por exemplo, dê aos jovens a oportunidade de adquirir habilidades físicas e esportivas, aumentar sua autoestima, avaliar habilidades

e aptidões, dando-lhes a oportunidade de assumir a responsabilidade por sua própria saúde, serve como ocupação do tempo de lazer, promovendo a aceitação de regras e regulamentos, facilitando a transmissão de valores educacionais, como o esforço, perseverança, espírito de equipe. Da mesma forma, no nível social, o esporte reforça a identidade pessoal, promove oportunidades de emprego. No nível do grupo, o esporte serve como um meio de inclusão social, pois, através disso, há uma série de interações e relacionamentos sociais oportunos e relevantes que permitem as habilidades dos indivíduos que os levam a adquirir habilidades para a vida com base no desenvolvimento pleno, como sujeitos de direitos (TUBINO,2006).

É reconhecido atualmente que o esporte está presente em todas as camadas da sociedade. Sua presença é assumida sob diferentes perspectivas, enquanto para alguns é o meio de sair da pobreza (a opção de saltos sociais e econômicos através das grandes somas que podem ganhar, por exemplo, no futebol e no boxe americano), para outras é o espaço de entretenimento e diversão, e também para quem o esporte representa a entrada para um estado de saúde. Mas, independentemente de sua representação de si mesmo e o que isso significa para a maior parte da sociedade, é incontestável que, se estiver em toda a estrutura das relações sociais (tanto nas estruturas quanto nas instituições), seu efeito ou impacto será de grande magnitude e conotação. Este último aspecto é o que queremos destacar neste trabalho (TUBINO,2006).

As ciências e os esportes têm sido, desde a sua criação, uma resposta à curiosidade do homem, não apenas em seu funcionamento físico e em sua otimização, mas em um reflexo da cultura. Como os historiadores em geral disseram, a nação que não conhece sua história está fadada a repetir os mesmos erros, para que possa ser extrapolada da mesma maneira, a nação que não conhece a história de seu esporte, não conhece a história completa de sua cultura, pois o esporte e a atividade física têm sido parte integrante da cultura das sociedades. Há muito tempo o esporte assume um papel secundário de cultura, onde a educação física e o esporte são tratados como irmãos pobres e mal vistos da música, teatro, dança, pintura e outras variedades de "artes" mais comuns (STIGGER; LOVISOLO,2009)

O esporte, juntamente com outras manifestações e / ou fenômenos sociais, são energizadores do desenvolvimento humano e social e é precisamente este último, em termos da contribuição para a redução das condições de vulnerabilidade, que se pretende demonstrar nesta revisão conceitual. O esporte é sem dúvida uma

ferramenta fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade. Todo mundo tem o direito de praticar esportes, porque a prática não envolve apenas atividade física, significa muito mais, entre outras contribuições, o esporte permite obter valores, uma disciplina e, sobretudo, um desenvolvimento pessoal e social que melhore o indivíduo em si e suas relações sociais (VIANNA et al.2009).

Por meio de diferentes programas participativos, criados e dirigidos por profissionais, que incluem a prática de algum esporte como ferramenta de esporte e treinamento de valor, as pessoas em situação de vulnerabilidade social podem realizar um desenvolvimento psicossocial que permita sua inclusão social. Graças à prática esportiva e às indicações dos profissionais, estabelecem-se vínculos, criando vínculos entre os diferentes integrantes do grupo, que permitem o fortalecimento da figura da pessoa e do próprio grupo. Isso cria uma autonomia e uma identidade de todos os membros, o crescimento pessoal também ocorre e certos valores, como responsabilidade, compromisso, solidariedade, respeito, são fortalecidos. Portanto, um programa social esportivo dirigido por profissionais gera situações de inclusão, promovendo educação, saúde e organização de uma comunidade, sem discriminação (TUBINO,2001).

O esporte como um ambiente de atividade física e uma instituição social especial desempenha um papel significativo na sociedade moderna, oferece a uma pessoa grandes oportunidades para a manifestação de forças físicas e espirituais. Ele influencia as relações nacionais, a vida empresarial, a posição social, molda a moda, os valores éticos, o estilo de vida das pessoas. O esporte tem um efeito benéfico para a juventude: contribui não apenas para o desenvolvimento e fortalecimento do organismo jovem, mas também para a formação de qualidades espirituais e morais, valores e atitudes sociais, e também ensina a ser uma pessoa socialmente ativa. O esporte, como um dos fundamentos para a criação de uma geração jovem saudável e socialmente ativa, desempenha a função de integração social e socialização do indivíduo, é um fator importante na inclusão dos jovens na vida pública e no acúmulo de experiências nas relações sociais (VIANNA et al.2009).

O processo de socialização pelo esporte contribui para a formação de competência interpessoal, o desenvolvimento e a transferência de valores culturais comuns. No esporte, a socialização é um fator importante no domínio da juventude por certas habilidades sociais e físicas, forma uma atitude motivacional em relação à atividade social e melhora a aptidão física. O esporte pode ser utilizado como

instrumento de inclusão, desenvolvimento e paz, contribuindo para o fortalecimento da cooperação, solidariedade, tolerância, compreensão e integração social nos níveis local, nacional e internacional. Os valores do esporte, como espírito de equipe, honestidade, disciplina, respeito ao adversário e as regras do jogo, são aceitos em todo o mundo e podem ser usados para ajudar a fortalecer a solidariedade, a coesão social e a convivência pacífica (STIGGER; LOVISOLO,2009).

6 O DESPORTO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

No Brasil os primeiros regulamentos ligados à prática esportiva estão associados às atividades militares, seguindo a tendência mundial eram as práticas esportivas integradas à formação física nas academias militares. Data de 1858 o Decreto 2.116 de 11 de março incluindo esgrima e natação nos cursos de infantaria e cavalaria da Escola Militar. Seguido de uma série de decretos imperiais até o Decreto 10.202 de 09 de março de 1889 criando o Imperial Colégio Militar com a obrigatoriedade de programas de natação, ginástica, tiro ao alvo e esgrima. Este processo permaneceu após a proclamação da República. Em 1890 o Decreto 330 de 12 de abril tornou obrigatório o ensino da natação em todas as escolas militares da Capital Federal e do Rio Grande do Sul, seguindo até 1922 quando portaria do Ministério da Guerra em 10 de janeiro, criou o Centro Militar de Educação Física, para coordenar a implantação dos novos preceitos da Educação Física nas academias militares do país (TUBINO, 2006).

Neste período é criado o Comitê Olímpico Brasileiro e o Brasil começa a participar das competições internacionais a partir de 1920. Além disso o futebol se desenvolve a passos largos e a falta de uma legislação organizativa comum cria uma série de conflitos que vão se agravando até a intervenção do Estado Novo. “Por outro Lado, o futebol começou a tornar-se o primeiro esporte do país em preferência popular. E foi justamente no futebol que começaram os grandes conflitos esportivos no Brasil (TUBINO,2006, p.36).

Até a década de 30 não havia, portanto, um ordenamento jurídico que regulasse atividade esportiva no Brasil. As poucas leis estavam dispersas e aumentava a exigência de regulamentação, na medida em que o esporte iria ampliando sua importância no mundo. O Esporte Olímpico havia sido usado por Hitler

na Alemanha de 1936 para promover os valores de “superioridade da raça ariana” e demonstração de força do Estado Alemão.

O Estado Novo de Getúlio Vargas, se constituiu sob forte influência dos regimes fascistas da Europa como Polônia, Itália e Alemanha. Sua Constituição era apelidada de polaca, sua legislação trabalhista era inspirada na Carta del Lavoro italiana, portanto, sua legislação esportiva não seria diferente. O decreto lei 3.199/41 Inicia assim um longo período de intervenção estatal na legislação esportiva brasileira.

No final do século XX, uma série de mudanças sociais influenciou a relação entre política e esporte na sociedade brasileira. Com o fim da ditadura militar, um conjunto de reformas políticas e institucionais foi incluído na agenda política do país, culminando na formulação de uma nova Constituição Federal em 1988. Os esportes de constituição foram incluídos como um “direito de todos”, a ser garantido pelo estado (BRASIL, 2016). Não foi a primeira vez que a legislação brasileira adotou um princípio de expansão do acesso às práticas esportivas.

O regime militar deu um passo nessa direção, com o desenvolvimento do conceito jurídico de “esporte de massa”. A Constituição de 1988, no entanto, reestruturou essa ideia, apresentando o esporte como um direito para todos, como bem social a ser democratizado por meio de políticas públicas brasileiras de esporte. Nos anos 30, após as primeiras participações do brasileiro nas Olimpíadas, chega no Brasil o pensamento de que o esporte pode ser um elemento de propagação política “Percebendo o grande poder convocatório e nacionalista do Esporte, os governos passaram a investir na preparação das seleções nacionais em busca do prestígio obtido com as vitórias esportivas” (MEIRIM,2002, p.100).

Ao mesmo tempo o esporte brasileiro vivia um período de grande desorganização, segundo (TUBINO,2002, p.53) havia uma série de conflitos relacionados às participações internacionais. A partir deste pensamento começa a tomar uma feição de política de estado para o esporte, é neste clima que a partir de 1938 se iniciam uma série de decretos que vão culminar na primeira legislação esportiva do Brasil propriamente dita. O Decreto lei Nº 526 de 01/07/1938 instituiu o Conselho Nacional de Cultura. No seu Art. 20 § único, alínea h, incluiu a educação física como atividade de desenvolvimento cultural. Decreto Lei Nº 1056 de 19/01/1939 Instituiu a Comissão Nacional de Desportos, que ficou encarregada de desenvolver o projeto para a futura lei base para o esporte nacional

Decreto Lei Nº 1212 de 07/04/1939 Criou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, primeira escola civil de formação em Educação Física no país. Decreto Lei Nº 10 409 de 14/08/1939, do Governo do Estado de São Paulo Primeiro ato legal que legislou sobre esportes, baixando normas para orientar a prática esportiva, promovê-la e fiscalizá-la. Tratou ainda da cobrança de ingressos, das organizações das competições, das construções de praças esportivas e estádios, da produção de material esportivo e da previdência contra acidentes esportivos. O Decreto Lei Nº 11.119 de 30/05/1940 instituiu benefícios fiscais às sociedades desportivas. Este primeiro arcabouço legal, formou as bases para a introdução da primeira lei brasileira do esporte, o Decreto Lei Nº 3 199 de 14/04/1941, este no espírito da época inicia, ao mesmo tempo, um primeiro ordenamento jurídico esportivo e uma longa intervenção do estado no desenvolvimento da atividade esportiva no Brasil (MEIRIM,2002, p.71). Durante 44 anos, o governo brasileiro tinha todas as políticas esportivas sob o controle de um órgão: o Conselho Nacional de Esportes. Esse órgão incentivou o esporte regulamentou e supervisionou as federações nacionais, federações estaduais, ligas e associações esportivas. Considerando que o segundo momento histórico A partir de 1985, tem como principal característica a democratização da organização esportiva no Brasil. De fato, houve uma descentralização no mercado brasileiro (MEIRIM,2002, p.85).

A organização esportiva, causada pela abertura política ocorrida neste país na década de 1980. A Constituição de 1988, que ainda está em vigor hoje, abrange o esporte no artigo 217; entre outros aspectos, dá autonomia à organização e gestão de organizações esportivas, associações e gerentes de esporte. Desde a Constituição de 1988 e a Lei nº 9.615 / 1998, a atual estrutura do esporte no Brasil é estruturada sob a perspectiva de dois sistemas a saber: um constituído por organizações governamentais e o outro composto por organizações não-governamentais, que cobrem quatro níveis de ação: nacional, estadual, municipal e local (DUARTE,2004, p.205).

A estrutura das políticas esportivas brasileiras apresenta vantagens e desvantagens, o que resulta em consequências positivas e negativas para o desenvolvimento do esporte. As organizações governamentais e não-governamentais (nos níveis nacional, estadual e municipal) têm autonomia para desenvolver políticas esportivas de acordo com sua realidade e necessidades; como sempre, a falta de diretrizes centrais mínimas não favorece uma implementação de políticas esportivas

em nível nacional.

A constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, descreve os princípios básicos do esporte brasileiro no capítulo III "Sobre educação, cultura e esporte". Em sua terceira seção, sobre esporte, no artigo 217 diz: "É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um" (BRASIL, 1988)

A interpretação sistemática do conteúdo do preceito legal acima mencionado, ou seja, ao realizar sua leitura constitucional completa, o esporte em um contexto individual, como direito de cada brasileiro, está ligado ao princípio fundamental da dignidade humana. Coletivamente, o esporte constitui um elemento integrante do próprio funcionamento do Estado, quando pesa todas as suas consequências, é um fator de homogeneização territorial, porque todas as pessoas têm o direito independentemente de onde esteja, sendo assim a operação para igualar o direito à igualdade, relaciona-se ao sistema jurídico público, com esta posição, pode ser considerado um direito fundamental.

a ligação do desporto com o direito, e, mais especificamente, com os direitos fundamentais, é bastante intensa, e se consolidou principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que, aliás, foi a primeira no Brasil a tratar do desporto como um direito social e fundamental, garantido aos indivíduos a condição de cobrar do Poder Público o fomento das atividades desportivas, através de várias ferramentas, como a Ação Civil Pública e a Ação Popular, por exemplo (FERRARO, 2010, p. 300).

O esporte, além de expressar um direito de expressão coletiva, ainda consagra o direito à propriedade individual. Poderia até ser formulado em termos de uma norma singular: o indivíduo tem, perante o Estado, o direito ao esporte. Com efeito, existe uma relação legal: o proprietário de um direito, o destinatário do direito e um objeto. A posição jurídica do indivíduo deve ser garantida, porque uma série de consequências positivas deriva do exercício do esporte. E para isso não há melhor garantia do que permitir que o poder constituído viole ou suprima seu conteúdo essencial. De fato, a garantia no segundo preceito acima também deve se aplicar ao direito ao esporte, porque, caso contrário, o próprio princípio da dignidade humana sofreria limitações (MESTRE, 2008, p.124).

Finalmente, se as fundações anteriores não convencerem sobre a natureza fundamental do esporte no direito constitucional brasileiro, mais uma vez, através de uma interpretação sistemática, ainda seria possível qualificá-lo como um direito

fundamental. O legislador constituinte consagrou o lazer como um direito social, no âmbito do Título, relacionado a direitos e garantias fundamentais (art. 6) e declarou expressamente na respectiva seção do esporte que o poder público incentivará o lazer como uma forma de promoção social (art. 217, § 3). Como o esporte é uma peculiaridade disso, portanto, poderia ser qualificado como um direito fundamental dentro da ordem social.

Nesse caso, o esporte adquire status constitucional acompanhado por um reconhecimento efetivo do direito dos indivíduos à sua prática, além de sua formulação autônoma ser correta e não vincular a outros direitos subjetivos, como, por exemplo, saúde ou educação. Também é válida a menção ao dever do Estado de promover práticas esportivas, o que confere ao esporte uma natureza social.

A inclusão do “direito ao esporte” na Constituição Federal de 1988 criou uma expectativa de mudanças significativas nas políticas públicas de esportes. Antes dessas mudanças, prevalecia o uso ideológico do esporte como símbolo nacional e a ênfase no esporte de alto desempenho. Estes últimos foram definidos como ligados ao esporte internacional sistema e como parte das federações esportivas nacionais e internacionais e confederações, além do Comitê Olímpico Brasileiro e Comitê Olímpico Internacional (BRASIL, 1998).

O esporte no Brasil possibilita uma série de reflexões em diferentes contextos, entre os quais uma análise sobre a força das estruturas administrativas esportivas no país. Portanto, acredita-se que tal fator, torna-se essencial para a vida em ações de parágrafos não considerados como escopo da política nacional de esportes.

No entanto, se observou a complexidade que envolve esse tema, em que se verifica um campo de disputa entre o setor esportivo e o político mostrando um conflito de interesses não relacionado a questões sociais agentes envolvidos nesse processo (BOURDIEU, 1983).

Em contrapartida, Rezende (2007, p.65), aponta que: "a história do esporte no Brasil como objeto de política pública é caracterizada pela pouca atenção do Estado em relação a ações para atender às demandas e necessidades sociais". Assim, nasce a Política Nacional do Esporte, com o objetivo de apoiar na construção de ações significativas, as variáveis que compõem esse sistema, esporte educacional, esporte de lazer e esporte de alto desempenho.

Assim, o esporte é visto como um direito social através da Constituição Federal de 1988. Nessa visão, as entidades públicas esportivas brasileiras até então não possuíam autonomia, sendo assim na década de 1990 foram criadas leis para reger o esporte no país, como a Lei nº 8.672 / 93, conhecida como Lei Zico, posteriormente revogada e substituída pela Lei nº 9.615/98 chamado Lei Pelé. Além disso, tivemos a implementação da Lei nº 10.671/03 relativa ao Estatuto do Torcedor e Lei nº 10.672/03 vinculada ao Futebol de Moralização. Nesse sistema legal, vale a pena observar os artigos 17 e 18 da Lei Zico, que apontam que as entidades de administração esportiva, passam a:

Art. 17. Para obtenção do Certificado de Mérito Desportivo são requisitos entre outros:

- I - ter estatuto de acordo com a legislação em vigor;
- II - demonstrar relevantes serviços ao desporto nacional; III - (Vetado.)
- IV - apresentar manifestação do Comitê Olímpico Brasileiro, no caso de suas filiadas;
- V - possuir viabilidade e autonomia financeiras;
- VI - manter a independência técnica e o apoio administrativo aos órgãos judicantes.

[...] Art. 18. Atletas, entidades de prática desportiva e entidades de administração do desporto são livres para organizar a atividade profissional de sua modalidade, respeitados os termos desta lei. (BRASIL, 1993).

O desporto, segundo a Constituição Federal brasileira, traz em seu bojo o esporte, como atividade essencialmente física, que possui significado de lazer. O direito ao esporte é interdependente, ou seja, está intimamente relacionado a outros direitos, como vida, saúde, integridade pessoal, educação, o mínimo vital e, finalmente, a dignidade das pessoas. É um direito que afeta não apenas uma dimensão individual, mas, sobretudo, coletiva, pelo papel que pode desempenhar na promoção de uma cultura saudável, valores, harmonia, autoestima e relacionamento harmonioso com os outros, ou seja, uma cultura de paz, indispensável para os momentos em que nosso país está passando (MESTRE, 2008).

No entanto, esse direito implica obrigações de respeito e promoção em todos os níveis de governo, Federação, entidades federais, municípios, coordenados pela Lei Geral de Cultura Física e Esportes, que têm deveres não apenas de respeitar a prática de esportes, mas, para incentivá-lo e promovê-lo, trabalho do qual os setores social e privado devem participar. O lazer, e em particular o esporte, é uma estrutura ideal para o treinamento humanístico devido às suas características próprias que o diferenciam de outras áreas com mais restrições sociais. O exercício da liberdade e autonomia, a expressão de identidade e desenvolvimento e gozo de personalidade,

são oportunidades para a criação de valores socialmente desejável (LYRA FILHO, 1952). O direito à cultura física e ao esporte não apenas se desdobra em uma dimensão do esporte de alto desempenho, mas também implica a promoção de todas as práticas esportivas, em todos os níveis, de crianças que tenham contato com o sistema nacional de educação. O esporte pode ser considerado como cultura universal. A prática de algumas de suas manifestações, como no esporte escolar, geralmente aparece associada a valores e atitudes como cooperação, diálogo, respeito, responsabilidade, sinceridade ou criatividade. Basta que a prática esportiva desfrute de uma presença marcante em muitas das atividades realizadas com o objetivo de contribuir para o processo educacional dos jovens.

A função educacional do esporte deve envolver, além do ensino de técnicas e o desenvolvimento das qualidades físicas dos alunos, a transmissão de hábitos, valores e atitudes. Neste ponto, o principal problema que nos é apresentado é quais hábitos, valores e atitudes devemos transmitir aos jogadores (MEIRIM, 2002, p.103).

Recentemente, e inspirada nas fundações constitucionais, a proteção do direito ao esporte no Brasil foi reforçada, com a promulgação da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, conhecida como Lei Pelé, que institui as regras gerais do esporte, e isso ajuda a garantir o direito a isso.

A partir da Magna Carta, várias regras e princípios emergem que estabelecem a estrutura para o desenvolvimento das disposições que compõem o conteúdo do direito esportivo. Nesse sentido, declararemos agora as regras da Constituição Nacional que dão origem à existência de disposições da lei do esporte. O artigo 217 fomenta o esporte, bem como a sua prática, como dever do Estado. Na Constituição está explícito a importância do esporte para a sociedade. Seja para fins educativos ou de alto-rendimento. O esporte possui uma função social (MEIRIM, 2002). Você diz que não há norma, mas apresenta a constituição.

Todo habitante tem o direito de praticar o esporte como meio de desenvolvimento físico, espiritual e comunitário, de seu corpo e sua personalidade. O Estado incentiva especialmente esportes amadores, recreação, cultura e turismo. Assevera a Lei Zico, nº 8.672/93. De acordo com BRASIL (2016, Art. 2º), o Art. 2º o desporto, como direito individual, tem como base os seguintes princípios:

- I - soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva;
- II - autonomia, definido pela faculdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva como sujeitos nas decisões que as afetam;
- III - democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem distinções e quaisquer formas de discriminação;
- IV - liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidades do setor;
- V - direito social, caracterizado pelo dever do Estado de fomentar as práticas desportivas formais e não-formais;
- VI - diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não-profissional;
- VII - identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;
- VIII - educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante e fomentado através da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional;
- IX - qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral;
- X - descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual e municipal;
- XI - segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial;
- XII - eficiência, obtido através do estímulo à competência desportiva e administrativa.

O fenômeno esportivo tem sido expressamente mencionado, através da inclusão do tema do sistema esportivo na lista de assuntos com legislação concorrente, cumpre lembrar das legislações: Zico e Pelé por todo o exposto, se uma definição de esporte deve ser construída, ela deve ser feita de maneira ampla e flexível, destacando seus elementos essenciais para o homem e seu contexto social; atividade humana de lazer, física e intelectual, cuja natureza é competitiva e está sujeita a regras e instituições, uma prática que pode ser recreacional ou competitiva (GARDINER, 2006).

Para o presente julgamento, foi selecionada a classificação contida no marco legal brasileiro, as formas pelas quais o esporte é desenvolvido são as seguintes: esporte formativo, esporte social comunitário, esporte universitário, esporte associado, esporte amador, esporte profissional e esporte competitivo; sendo este último definido como a prática da organização esportiva e de nível superior. Inclui processos integrais orientados para a melhoria das qualidades e condições físicas e técnicas dos atletas, por meio do uso de avanços tecnológicos e científicos.

No século XXI, o esporte é considerado um fenômeno sociocultural e educacional, devido ao seu impacto nos estilos e na qualidade de vida dos indivíduos, na organização social de um país e na multiplicidade de atividades esportivas praticadas pela população. O esporte é parte integrante da sociedade e da cultura, que afeta a vida de indivíduos e grupos sociais de maneiras muito variadas e, às vezes, importante. Portanto, a atividade esportiva se tornou um dos fenômenos mais populares hoje em dia, por meio da qual alguns valores expressos na sociedade contemporânea. Histórias modernas sobre bondade e maldade, sucesso e fracasso, sorte e infortúnio, vitória e derrota, o eu e o outro,

Nesse sentido, o esporte não é um fenômeno abstrato, mas responde a uma realidade histórica e cultural de uma sociedade; faz parte das relações de produção capitalista industrial e, como todo evento social, tem uma natureza profunda e de classe. Da mesma forma, o esporte contém em sua essência um caráter competitivo, o qual confere a cada uma das disciplinas que compõem sua especificidade e origina as relações indispensáveis para que essa prática social possa ser realizada, como: a competição e sucesso, destacando também sua importância na construção de uma cultura e identidade nacional.

Sua prática como atividade social, inclui uma grande variedade de símbolos, valores, normas e comportamentos que a identificam e a diferenciam de outras práticas sociais. Nesse sentido, o esporte delimita um determinado campo cultural, que gradualmente adquiriu sua própria diferenciação funcional, à medida que o processo de modernidade se desenvolve até atingir o caráter universal que possui atualmente (MESTRE, 2008).

Do ponto de vista prático e social, o esporte tem efeitos perceptíveis e significativamente favoráveis no campo da educação, economia, cultura, política e saúde pública. Na área educacional, o esporte desempenha um papel importante na transmissão de valores para crianças e adolescentes; constituindo, como a educação, um aparato ideológico do Estado que auxilia na sua construção e consolidação. Da mesma forma, o esporte, em relação à atividade física, instila nos praticantes valores sociais de grande significado, como respeito, responsabilidade, honestidade, comprometimento, disciplina, perseverança, entre outros, contribuindo favoravelmente para processo de socialização, fortalecimento de estruturas e melhorias nas atitudes de mulheres e homens em uma sociedade (GARDINER, 2006).

No aspecto econômico, a influência do esporte no desenvolvimento financeiro de um país é inegável, isso se deve à multidão de pessoas dedicadas à sua prática, bem como ao número de pessoas que a apreciam como um evento amplamente divulgado pela mídia, tornando o esporte um negócio lucrativo, cujo principal objetivo é financiar atletas, equipes esportivas, instalações esportivas, formas de turismo e, indiretamente, a vários setores da economia (CALDEIRA,2005).

No final de 2003, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução sobre o trabalho do esporte como meio de promover a saúde, a Educação, desenvolvimento e paz. O ano de 2005 foi proclamado como o ano Esportes e Educação Física Internacional, especificando que “as Nações Unidas eles vão ao mundo do esporte em busca de ajuda na luta pela paz e no compromisso de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O esporte é constituído como elemento fundamental do sistema educacional e a sua prática é importante na manutenção da saúde e, portanto, é um fator que evita os desequilíbrios sociais e que contribuem para o desenvolvimento da igualdade entre cidadãos, criando hábitos que favorecem a integração social e, igualmente, sua prática em equipe promove a solidariedade. Tudo isso forma o esporte como um elemento determinante da qualidade de vida e do uso ativo e participativo do tempo de lazer na sociedade contemporânea.

Esporte e lazer oferecem oportunidades para transformação social, porque seu poder de impacto e influência constitui ferramentas eficazes para promover e consolidar o exercício dos direitos humanos e de uma vida elementos essenciais e saudáveis para o desenvolvimento integral de toda pessoa; portanto, a intervenção das autoridades em todos os níveis de governo para garantir acesso e prática de atividades esportivas e recreativas para toda a população.

Na Constituição Federal o esporte busca à integração social do cidadão, no artigo 217.O esporte não se limita à pratica esportiva convencional, mas, inclui o lazer, divertimento e recreação. A Constituição contempla o esporte como um direito fundamental, e busca relacioná-lo a outros direitos, como educação, saúde, desenvolvimento livre da personalidade, integridade física, acesso à cultura, que também são direito fundamentais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo concluímos que o esporte possibilita às pessoas confiança em si mesmas e em suas habilidades. Cada pessoa, incluindo o atleta, precisa avaliar a si mesmo e suas habilidades. Todas as nossas ações são constantemente avaliadas por alguém. Com isso em mente, uma pessoa desenvolve uma certa autoestima. Um aumento no nível de autoestima afeta as aspirações e a construção de objetivos, a fecundidade e a qualidade da atividade humana.

Graças às atividades esportivas, no processo de busca criativa, domínio da tecnologia e das táticas, a capacidade de gerenciar suas emoções, encontrar decisões instantâneas e tomá-las, ocorre o desenvolvimento das habilidades intelectuais humanas.

Nas condições do progresso tecnológico, com o advento dos computadores, smartphones, facilitando o trabalho e a vida cotidiana de uma pessoa, a atividade física das pessoas diminuiu acentuadamente. As pessoas andam menos, se comunicam menos umas com as outras pessoalmente e se esforçam cada vez menos para alcançar seu objetivo. Tudo isso implica não apenas uma deterioração da condição física de uma pessoa, mas também uma perda de estabilidade emocional, imunidade e atrofia de certas áreas do cérebro. A falta de movimento leva ao mau funcionamento de todos os sistemas (muscular, vascular, cardíaco, respiratório) e do corpo como um todo, contribuindo para o surgimento de várias doenças. É por isso que a influência do esporte na vida humana é tão importante.

O esporte se torna a única forma de atividade física disponíveis para uma pessoa, com a ajuda da qual a necessidade natural de movimentação e carga de uma pessoa é satisfeita. Para manter o status funcional do corpo, o movimento é simplesmente necessário. As pessoas envolvidas com o esporte são alegres, menos propensas a mudanças repentinas de humor, irritabilidade, depressão e neurose. Uma pessoa que pratica esportes aplica na vida as qualidades que adquiriu nos esportes, a saber: a alegria da vitória e a amargura da derrota, a capacidade de aprender uma lição útil disso, um maior senso de dever e responsabilidade para com a equipe e a sociedade, um entendimento de honra e dignidade, participação e empatia, consciência na condução da luta.

O esporte, além, de todo o seu potencial no desenvolvimento físico, também contém em si valores que contribuem para a inclusão social. Sendo assim concluímos que é necessário a presença do esporte, tanto na escola, quanto fora. Todos os dias a popularidade dos esportes e de atividades físicas crescem, sendo assim é necessário um olhar mais atento para isso e sobre como utilizá-lo de forma promissora dentro da escola.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria (org); **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. 2016.

_____. Decreto nº 91.452, de 19 de janeiro de 1985. **Institui Comissão para realizar estudos sobre o desporto nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jan. 1985.

BRASIL. Comissão de Reformulação do Desporto. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Física e Desporto. **Uma nova política para o desporto brasileiro: esporte Brasileiro, questão de Estado: relatório conclusivo**, 1985. 188 p.

CALDEIRA, Luísa Maria Claudio. **O Papel do Desporto na Promoção da Inclusão Social de Crianças e Jovens** – o caso do programa “Judo na Alta de Lisboa”, 2005. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/4599>. Acesso em: 28 de setembro de 2019.

CODÁ DOS SANTOS, Rita de Cássia. **Martinho Neves Miranda Advogado**, 2016. Disponível em: <http://www.martinhonevesmiranda.com.br/2016/06/os-jogos-olimpicos-na-grecia-antiga/03/10/2019>. Acesso em: 28 set. 2019.

DUARTE, Orlando. **Historia dos Esportes**. 4ª edição. São Paulo. Editora Senac, 2004.

EZABELLA, Felipe Legrazie. **O direito desportivo e a imagem do atleta**. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

FERRARO, Leonardo. **Direitos Fundamentais e Desporto**. In: MACHADO, Rubens Approbato et al (Coord.). Curso de Direito Desportivo Sistemico – Volume II. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARDINER, Simon et al. **Sports Law**. 3. ed. Sydney/London: Cavendish, 2006.

GERHARDT T. E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa: Planejamento e Gestão para o desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007
LOUP, Jean. **Les sports et le droit**. Paris: Dalloz, 1930.

LYRA FILHO, João. **Introdução ao direito desportivo**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MEIRIM, José Manuel. **A federação desportiva como sujeito público do sistema desportivo**. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

MELO FILHO, Álvaro. **O Desporto na Ordem Jurídico-Constitucional Brasileira** - São Paulo : Melhoramentos, 1995.

MESTRE, Alexandre Miguel. **Direito e jogos olímpicos**. Coimbra: Almedina, 2008.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada**. 3. ed. São Paulo:Atlas, 2003.

REZENDE, José Ricardo. **Justiça Desportiva & Prática Desportiva**. São Paulo, 2007. Disponível em: http://www2.oabsp.org.br/asp/esa/comunicacao/artigos/justica_desportiva.pdf. Acesso em: 28/11/2019

RUBIO, Katia Leite. **Revista Paulista de Educação Física**, n. 20, dez de 2002. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Katia_Rubio/publication/237478790_DO_OLIMPO_AO_POS-OLIMPISMO_ELEMENTOS_PARA_UMA_REFLEXAO SOBRE_O_ESPORTE_ATUAL/links/54723b010cf24af340c53267/DO-OLIMPO-AO-POS-OLIMPISMO-ELEMENTOS-PARA-UMA-REFLEXAO-SOBRE-O-ESPORTE-ATUAL.pdf. Acesso em: 28 nov.2019.

OLIMPISMO ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE O ESPORTE ATUAL/links/54723b010cf24af340c53267/DO-OLIMPO-AO-POS-OLIMPISMO-ELEMENTOS-PARA-UMA-REFLEXÃO-SOBRE-O-ESPORTE-ATUAL.pdf. Acesso em: 28 nov.2019.

SALVADOR, A.D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**: elaboração de trabalhos científicos. .Porto Alegre, Sulina, 1986.

SIGOLI, Mário Antônio. DE ROSI Jr. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Universidade Católica de Brasília, 2004. Disponível em: //https://portalrevistas.ucb.br. 2018.https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/566/590. Acesso em: 28/10/2019.

STIGGER, M.P.; LOVISOLO, H.R. (Orgs.) **Esporte de rendimento e esporte na escola**. Campinas: Autores Associados, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

TUBINO Manoel. **O que é Esporte**. - São Paulo : Brasiliense, 2006.

TUBINO, Manoel. **500 anos de Legislação Esportiva Brasileira Do Brasil Colônia ao Início do Século XXI** . - Rio de Janeiro : SHAPE, 2002.

TUBINO, M.G. **Dimensões sociais do esporte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VAZ, A.F. Técnica, esporte, rendimento. In: STIGGER, M.P.; LOVISOLO, H.R. (Orgs.) **Esporte de rendimento e esporte na escola**. Campinas: Autores Associados, 2009.

VIANNA, J.A.; RÍGIDO, S.; FERREIRA, V.P. Projetos de inclusão social através do esporte: notas sobre avaliação. **Movimento**, Porto Alegre, v.15, n.3, p.145-62, 2009.

ANEXOS

Figura 1 – Quadra da escola



Fonte: Mateus Balieiro

Figura 2 – Aquecimento dos alunos



Fonte: Mateus Balieiro

Figura 3 – Aula de mobilidade física



Fonte: Mateus Balieiro

Figura 4 – Movimento realizado pelo chute



Fonte: Mateus Balieiro

Figura 5 – Quadra coberta



Fonte: Mateus Balieiro

Figura 6 – Quadra da escola



Fonte: Mateus Balieiro